CONCURSO PÚBLICO 001/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE
RIO MARIA – PA

S308 – PROCURADOR JURÍDICO

icap icap icap

ANTES DE COMEÇAR A PROVA:

1. Verifique se este caderno de prova contém 60 (sessenta) questões, sequencialmente numeradas de 1 a 60;
2. Caso haja algum problema, solicite ao fiscal a substituição deste caderno, impreterivelmente até 15 minutos após o início da prova;

AO RECEBER A FOLHA DE RESPOSTAS:

3. Confira seus dados e, havendo erro(s), solicite ao aplicador a correção na Ata de Sala.
4. Assine à CANETA no espaço indicado;

AO TRANSFERIR AS RESPOSTAS PARA A FOLHA DEFINITIVA:

5. Use somente caneta azul ou preta de tubo transparente, aplicando traços firmes, dentro da área reservada à letra correspondente a cada resposta, conforme modelo:



6. Sua resposta NÃO será computada se houver marcação de mais de uma alternativa;
7. A folha de respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada;

AO TERMINAR A PROVA:

8. Você deve chamar atenção do fiscal levantando o braço. Ele irá até você recolher sua FOLHA DE RESPOSTAS e este CADERNO DE PROVA;
9. Recolha seus objetos, deixe a sala e em seguida o prédio. A partir do momento em que você sair da sala continuam válidas as proibições sobre o uso de aparelhos eletrônicos e celulares, bem como não lhe é mais permitido o uso dos sanitários e bebedouros, até a saída do local de prova.

ATENÇÃO!

Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do concurso público o candidato que, durante a sua realização for surpreendido portando (mesmo que desligado) quaisquer aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular e/ou smartphone, relógio de qualquer espécie, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, ipod, tablet, pen drive, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, chaves integradas a dispositivos eletrônicos, controle de alarme de carro e moto, controle de portão eletrônico etc..., caneta em material não transparente, óculos de sol (exceto com prescrição médica), e armas.

Para os itens de acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc..., e ainda qualquer tipo de carteira e bolsa, lápis e lapiseira/grafite, borracha e estojos, será advertido da proibição do uso. Caso não seja respeitado e devidamente guardado, o candidato poderá ser eliminado.

Atenção:

- Permanência mínima de 1 hora na sala;
- Após 2 horas de prova você poderá levar consigo este caderno.

Duração total desta prova, incluindo o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS é de: 4h (quatro horas)

NOME COMPLETO:	RG:

Olhos d'água

Uma noite, há anos, acordei bruscamente e uma estranha pergunta explodiu de minha boca. De que cor eram os olhos de minha mãe? Atordoada, custei a reconhecer o quarto da nova casa em que estava morando e não conseguia me lembrar de como havia chegado até ali. E a insistente pergunta, martelando, martelando. De que cor eram os olhos de minha mãe? Aquela indagação havia surgido há dias, há meses, posso dizer. Entre um afazer e outro, eu me pegava pensando de que cor seriam os olhos de minha mãe. E o que a princípio tinha sido um mero pensamento interrogativo, naquela noite se transformou em uma dolorosa pergunta carregada de um tom acusatório. Então, eu não sabia de que cor eram os olhos de minha mãe?

Sendo a primeira de sete filhas, desde cedo, busquei dar conta de minhas próprias dificuldades, cresci rápido, passando por uma breve adolescência. Sempre ao lado de minha mãe aprendi a conhecê-la. Decifrava o seu silêncio nas horas de dificuldades, como também sabia reconhecer em seus gestos, prenúncios de possíveis alegrias. Naquele momento, entretanto, me descobria cheia de culpa, por não recordar de que cor seriam os seus olhos. Eu achava tudo muito estranho, pois me lembrava nitidamente de vários detalhes do corpo dela. Da unha encravada do dedo mindinho do pé esquerdo… Da verruga que se perdia no meio da cabeleira crespa e bela. Um dia, brincando de pentear boneca, alegria que a mãe nos dava quando, deixando por uns momentos o lava-lava, o passa-passa das roupagens alheias e se tornava uma grande boneca negra para as filhas, descobrimos uma bolinha escondida bem no couro cabeludo dela. Pensamos que fosse carrapato. A mãe cochilava e uma de minhas irmãs aflita, querendo livrar a boneca-mãe daquele padecer, puxou rápido o bichinho. A mãe e nós rimos e rimos e rimos de nosso engano. A mãe riu tanto das lágrimas escorrerem. Mas, de que cor eram os olhos dela?

Eu me lembrava também de algumas histórias da infância de minha mãe.

Ela havia nascido em um lugar perdido no interior de Minas. Ali, as crianças andavam nuas até bem grandinhas. As meninas, assim que os seios começavam a brotar, ganhavam roupas antes dos meninos. Às vezes, as histórias da infância de minha mãe confundiam-se com as de minha própria infância. Lembro-me de que muitas vezes, quando a mãe cozinhava, da panela subia cheiro algum. Era como se cozinhasse ali, apenas o nosso desesperado desejo de alimento. As labaredas, sob a água solitária que fervia na panela cheia de fome, pareciam debochar do vazio do nosso estômago, ignorando nossas bocas infantis em que as línguas brincavam a salivar sonho de comida. E era justamente nos dias de parco ou nenhum alimento que ela mais brincava com as filhas. Nessas ocasiões a brincadeira preferida era aquela em que a mãe era a Senhora, a Rainha. Ela se assentava em seu trono, um pequeno banquinho de madeira. Felizes, colhíamos flores cultivadas em um pequeno pedaço de terra que circundava o nosso barraco. As flores eram depois solenemente distribuídas por seus cabelos, braços e colo. E diante dela fazíamos reverências à Senhora. Postávamos deitadas no chão e batíamos cabeça para a Rainha. Nós, princesas, em volta dela, cantávamos, dançávamos, sorríamos. A mãe só ria de uma maneira triste e com um sorriso molhado… Mas de que cor eram os olhos de minha mãe? Eu sabia, desde aquela época, que a mãe inventava esse e outros jogos para distrair a nossa fome. E a nossa fome se distraía.

Às vezes, no final da tarde, antes que a noite tomasse conta do tempo, ela se assentava na soleira da porta e, juntas, ficávamos contemplando as artes das nuvens no céu. Umas viravam carneirinhos; outras, cachorrinhos; algumas, gigantes adormecidos, e havia aquelas que eram só nuvens, algodão doce. A mãe, então, espichava o braço que ia até o céu, colhia aquela nuvem, repartia em pedacinhos e enfiava rápido na boca de cada uma de nós. Tudo tinha de ser muito rápido, antes que a nuvem derretesse e com ela os nossos sonhos se esvaecessem também. Mas, de que cor eram os olhos de minha mãe?

Lembro-me ainda do temor de minha mãe nos dias de fortes chuvas. Em cima da cama, agarrada a nós, ela nos protegia com seu abraço. E com os olhos alagados de pranto balbuciava rezas a Santa Bárbara, temendo que o nosso frágil barraco desabasse sobre nós. E eu não sei se o lamento-pranto de minha mãe, se o barulho da chuva… Sei que tudo me causava a sensação de que a nossa casa balançava ao vento. Nesses momentos os olhos de minha mãe se confundiam com os olhos da natureza. Chovia, chorava! Chorava, chovia! Então, porque eu não conseguia lembrar a cor dos olhos dela?

E naquela noite a pergunta continuava me atormentando. Havia anos que eu estava fora de minha cidade natal. Saíra de minha casa em busca de melhor condição de vida para mim e para minha família: ela e minhas irmãs que tinham ficado para trás. Mas eu nunca esquecera a minha mãe. Reconhecia a importância dela na minha vida, não só dela, mas de minhas tias e todas a mulheres de minha família. E também, já naquela época, eu entoava cantos de louvor a todas nossas ancestrais, que desde a África vinham arando a terra da vida com as suas próprias mãos, palavras e sangue. Não, eu não esqueço essas Senhoras, nossas Yabás, donas de tantas sabedorias. Mas de que cor eram os olhos de minha mãe?

E foi então que, tomada pelo desespero por não me lembrar de que cor seriam os olhos de minha mãe, naquele momento resolvi deixar tudo e, no dia seguinte, voltar à cidade em que nasci. Eu precisava buscar o rosto de minha mãe, fixar o meu olhar no dela, para nunca mais esquecer a cor de seus olhos.
Assim fiz. Voltei, aflita, mas satisfeita. Vivia a sensação de estar cumprindo um ritual, em que a oferenda aos Orixás deveria ser descoberta da cor dos olhos de minha mãe.

E quando, após longos dias de viagem para chegar à minha terra, pude contemplar extasiada os olhos de minha mãe, sabem o que vi? Sabem o que vi?

Vi só lágrimas e lágrimas. Entretanto, ela sorria feliz. Mas, eram tantas lágrimas, que eu me perguntei se minha mãe tinha olhos ou rios caudalosos sobre a face. E só então compreendi. Minha mãe trazia, serenamente em si, águas correntezas. Por isso, prantos e prantos a enfeitar o seu rosto. A cor dos olhos de minha mãe era cor de olhos d'água. Águas de Mamãe Oxum! Rios calmos, mas profundos e enganosos para quem contempla a vida apenas pela superfície. Sim, águas de Mamãe Oxum.
Abracei a mãe, encostei meu rosto no dela e pedi proteção. Senti as lágrimas delas se misturarem às minhas.

Hoje, quando já alcancei a cor dos olhos de minha mãe, tento descobrir a cor dos olhos de minha filha. Faço a brincadeira em que os olhos de uma são o espelho dos olhos da outra. E um dia desses me surpreendi com um gesto de minha menina. Quando nós duas estávamos nesse doce jogo, ela tocou suavemente o meu rosto, me contemplando intensamente. E, enquanto jogava o olhar dela no meu, perguntou baixinho, mas tão baixinho, como se fosse uma pergunta para ela mesma, ou como estivesse buscando e encontrando a revelação de um mistério ou de um grande segredo. Eu escutei quando, sussurrando, minha filha falou:

— Mãe, qual é a cor tão úmida de seus olhos?

https://www.escrevendoofuturo.org.br/conteudo/biblioteca/nossas-publicacoes/revista/paginas-literarias/artigo/2261/olhos-dagua Acesso em 24/06/2023

QUESTÃO 01

Como a narradora conseguiu responder à pergunta que se fazia sobre a cor dos olhos de sua mãe?

a) Ela procurou desesperadamente por fotos que mostrassem a cor e a beleza de seus olhos.
b) Ela deixou tudo onde vivia para voltar ao lugar em que havia nascido para, enfim, fixar seu olhar no de sua mãe e poder contemplar seus olhos.
c) Ela não pôde mais ver os olhos de sua mãe, pois morava muito longe e não conseguia mais viajar para o lugar onde havia nascido.
d) A narradora não conseguiu saber que cor eram os olhos de sua mãe, pois eles estavam apenas em sua lembrança, na infância.

QUESTÃO 02

No trecho "Às vezes, no final da tarde, antes que a noite tomasse conta do tempo, ela se assentava na soleira da porta e, juntas, ficávamos contemplando as artes das nuvens no céu", qual circunstância as expressões em destaque expressam?

a) Causa
b) Modo
c) Tempo
d) Lugar

QUESTÃO 03

No trecho "Voltei, aflita, mas satisfeita", a palavra em destaque expressa uma circunstância de adversidade. Assinale a alternativa cuja palavra destacada expressa a mesma circunstância:

a) "Naquele momento, entretanto, me descobria cheia de culpa."
b) "Quando nós duas estávamos nesse doce jogo, ela tocou suavemente o meu rosto, me contemplando intensamente."

c) “Hoje, quando já alcancei a cor dos olhos de minha mãe.”
d) “Então, eu não sabia de que cor eram os olhos de minha mãe?”

QUESTÃO 04

Quanto ao uso da crase, no trecho “E quando, após longos dias de viagem para chegar à minha terra, pude contemplar extasiada os olhos de minha mãe, sabem o que vi? Sabem o que vi?”, assinale:

a) O uso, nesse caso, é facultativo, por estar diante de pronome possessivo feminino
b) O uso, nesse caso, é obrigatório, por estar diante de substantivo feminino
c) O uso, nesse caso, é proibido, por vir depois de um verbo (estar)
d) O uso, nesse caso, é facultativo, por se referir ao substantivo feminino “viagem”

QUESTÃO 05

A narradora compara os olhos da mãe a “Rios calmos, mas profundos e enganosos para quem contempla a vida apenas pela superfície”. Nesse caso, ela utiliza uma figura de linguagem bastante expressiva, para dar aos olhos a condição de “olhos d’água”. Assinale a alternativa que apresenta a figura de linguagem utilizada nesse trecho:

a) Metonímia
b) Hipérbole
c) Sinestesia
d) Metáfora

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÃO 06

O atalho utilizado para exibir a caixa de diálogo “Substituir” para localizar e substituir texto, formatação específica ou itens especiais no MS Word, é:

a) Ctrl+R
b) Alt+F6
c) Ctrl+H
d) Ctrl+Shift+T

QUESTÃO 07

Luiz está preparando um documento financeiro confidencial para a empresa em que trabalha no MS Excel. Para encaminhar esse documento com segurança, ele deve bloquear essa planilha para a edição somente de quem tem autorização para tal. Para esse bloqueio, no aplicativo, ele deve seguir o caminho:

a) Dados > Classificar e filtrar > Avançado > Proteger planilha
b) Fórmulas > Biblioteca de funções > Inserir Função > Proteger planilha
c) Revisão > Proteger > Proteger planilha
d) Layout da página > Configuração de página > Proteger > Proteger planilha

QUESTÃO 08

O ministério da educação decidiu fazer um levantamento sobre o aproveitamento dos alunos na disciplina de Matemática. Para tal, estão usando o programa MS Excel para cálculos e gráficos auxiliando na manipulação dos dados obtidos. Eles precisam saber dentre os Estados cujo nome iniciem com a letra “R”, quantos possuem mais de 5.000 alunos com notas acima da média, considerando a média anual e somar esses valores.
Para obter esse resultado, a função a ser utilizada deve ser:

a) SOMA
b) SOMASES
c) PROCV
d) SE

QUESTÃO 09

Para a configuração de correios eletrônicos, como o Outlook, existem alguns tipos de protocolos que permitem o seu funcionamento. Dentre eles pode-se destacar o POP 3 e o IMAP. As contas POP3 carecem de várias funcionalidades básicas que podem ser encontradas em serviços mais modernos, exceto:

a) A capacidade de marcar uma mensagem como lida em vários dispositivos, significa que toda vez que um usuário baixa um email em um dispositivo diferente usando POP, ele aparecerá como uma nova mensagem ao invés de indicar que foi lida em outro dispositivo.
b) A capacidade de enviar itens de vários dispositivos. Os itens enviados podem ser sincronizados usando POP e podem ser salvos no dispositivo do qual se originaram ou de qualquer outro a que se tenha acesso.

c) Ter a capacidade de os emails serem enviados para seu dispositivo à medida que chegam. Ao invés disso, seu dispositivo deve ser configurado para verificar automaticamente seu servidor de email periodicamente para ver se novas mensagens foram recebidas.
d) Ter pastas especiais criadas ou configurações definidas em um dispositivo, disponíveis em todos os dispositivos que usam essa conta de email. Usando POP, os usuários devem criá-las manualmente ou defini-las individualmente em todos os seus dispositivos. Isso significa que, se os usuários organizarem seus emails em um dispositivo, eles precisarão fazer isso novamente para cada outro dispositivo que usa essa conta de email POP.

QUESTÃO 10

As _____ são um tipo de malware que só se ativa quando acionado, como em uma data e hora específica ou no 10º logon em uma conta. Vírus e worms, muitas vezes, contêm _____ para entregar seu código malicioso em um momento pré-definido ou quando outra condição é satisfeita. Os danos causados pelas _____ variam desde a alteração de bytes de dados até a impossibilidade de leitura dos discos rígidos.

a) bombas lógicas – bombas lógicas - bombas lógicas
b) botnets - botnets - botnets
c) keyloggers – botnets - keyloggers
d) adwares - bombas lógicas - keyloggers

LEGISLAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO E NOÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

QUESTÃO 11

Quanto aos bens municipais de Rio Maria, analise as afirmativas abaixo:

I - A concessão dos bens públicos de uso especiais e dominiais, dependerá de Lei e concorrência e far-se-á mediante contrato, sob pena de nulidade do ato. A concorrência poderá ser dispensada, mediante Lei, quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a entidades assistenciais ou quando houver interesse público relevante, devidamente justificado.
II - A autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita por Portaria, para atividades ou usos específicos e transitórios, pelo prazo máximo e improrrogável de noventa dias, salvo se destinada a formar canteiro de obra pública, caso em que o prazo corresponderá ao da duração da obra.
III - Poderá ser permitido a particular, a título oneroso ou gratuito, o uso do subsolo ou do espaço aéreo de logradouros públicos para construção de passagens destinadas à segurança ou conforto dos transeuntes e usurários ou para outros fins de interesse público.
IV - Entender-se por investidura a alienação aos proprietários de imóveis lindeiros, por preço nunca inferior ao da avaliação, de área remanescente ou resultante de obra publicam e que se tome inaproveitável isoladamente. As áreas resultantes de modificações de alinhamento não serão alienadas nas mesmas condições.
V - A doação com encargo poderá ser licitada, e de seu instrumento constarão, obrigatoriamente, os encargos, o prazo de seu cumprimento e cláusula de reversão sob pena de nulidade do ato.

Marque a opção correta:

a) I, II, III e IV estão corretas
b) II está errada
c) Todas estão corretas
d) IV está errada

QUESTÃO 12

É vedado ao município de Rio Maria, exceto:

a) Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, reservada, na forma da Lei, a colaboração de interesse público.
b) Instituir e arrecadar tributos de sua competência, bem como, aplicar as rendas municipais sem prejuízo da obrigatoriedade da prestação de contar e da publicação de balancetes nos prazos fixados, em Lei, pela Câmara Municipal.
c) Manter a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos que não tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, assim como a publicidade da qual constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

d) Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica, dos rendimentos, títulos ou direitos.

QUESTÃO 13

Sobre os vereadores de Rio Maria, analise as proposições:

I - No primeiro ano de cada legislatura, no dia 1º de janeiro, às 15 (quinze) horas, em Sessão Solene de instalação, independentemente do número, sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.
II - No ato da posse, os Vereadores deverão desincompatibilizar e fazer declaração de seus bens, com firma reconhecida no Cartório de Títulos e Documentos, a qual será transcrita em livro próprio, sob pena de nulidade plena do ato de posse. Ao término do mandato, deverão ser atualizadas, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade.
III - O mandato de Vereador será remunerado, na forma fixada pelo Prefeito, em cada legislatura para a subsequente, observado os limites esculpidos na Emenda Constitucional 025/2000.
IV - Os Vereadores gozam de inviolabilidade e imunidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato, na circunscrição do Município, e do Estado nos termos do Artigo 6 da Constituição Estadual.

Marque a opção correta:

a) I e II estão erradas
b) II e III estão erradas
c) III e IV estão erradas
d) Todas estão erradas

QUESTÃO 14

Perderá o mandato o vereador que, exceto:

a) Cujo procedimento for declarado incompatível com decoro parlamentar ou atentatório as instituições vigentes.
b) Investido no cargo de Secretário ou Procurador Municipal, desde que haja compatibilidade de horários.
c) Que não tomar posse nas condições estabelecidas na Lei Orgânica Municipal.
d) Que fixar residência fora do Município.

QUESTÃO 15

Quanto às sessões Legislativas Ordinárias e Extraordinárias, analise:

I - A Câmara Municipal de Rio Maria reunir-se-á ordinariamente, 06 (seis) vezes por mês, e extraordinariamente quantas forem necessárias, não podendo realizar mais de uma sessão ordinária por dia, observadas as normas constitucionais.
II - As Sessões Extraordinárias somente poderão ser convocadas pelo Presidente da Câmara Municipal, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas.
III - Salvo disposição expressa em contrário, as Resoluções da Câmara Municipal, vigorarão 10 (dez) dias depois de publicadas.
IV - Qualquer Vereador poderá votar em negócio do seu particular interesse, de seu cônjuge ou de ascendentes, descendentes e colaterais, por consanguinidade ou afinidades até o segundo grau.

Marque a opção correta:

a) Todas estão certas
b) I e IV estão certas
c) Todas estão erradas
d) Apenas a II está certa

QUESTÃO 16

Quanto à Improbidade Administrativa, marque a alternativa INCORRETA:

a) Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
b) A posse e o exercício de agente público não ficarão condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
c) Independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções da Lei de Improbidade administrativa os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o

ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

d) Praticar, no âmbito da administração pública e com recursos do erário, ato de publicidade que contrarie o disposto no § 1º do Art. 37 da Constituição Federal, de forma a promover inequívoco enaltecimento do agente público e personalização de atos, de programas, de obras, de serviços ou de campanhas dos órgãos públicos.

QUESTÃO 17

A Lei de Improbidade Administrativa fixou rol de atos improbes que importam em enriquecimento ilícito, causam prejuízo ao erário, decorrentes de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário e que atentam contra os princípios da Administração Pública.
Marque a alternativa CORRETA que compõe ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito:

a) Agir ilicitamente na arrecadação de tributo ou de renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público.
b) Frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva.
c) Utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades referidas no art. 1º da lei, bem como o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essas entidades.
d) Agir para a configuração de ilícito na celebração, na fiscalização e na análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.

QUESTÃO 18

Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e notadamente, EXCETO:

a) Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado.
b) Negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei.
c) Nomear cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas.
d) Adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, de cargo, de emprego ou de função pública, e em razão deles, bens de qualquer natureza, decorrentes dos atos descritos no caput do artigo 9 da lei, cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público, assegurada a demonstração pelo agente da licitude da origem dessa evolução.

QUESTÃO 19

A Lei n°14.133/2021 estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:

I - Os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa.
II - Os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.
III - As empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias, regidas pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.
IV - As contratações relativas à gestão, direta e indireta, das reservas internacionais do País, inclusive as de serviços conexos ou acessórios a essa atividade, serão disciplinadas em ato normativo próprio do Banco Central do Brasil, assegurada a observância dos princípios estabelecidos no caput do art. 37 da Constituição Federal.

Marque quantas abrangências estão certas:

a) 3

b) 4
c) 2
d) 1

QUESTÃO 20

Ainda sobre a Lei n°14.133/2021, para os seus fins, podemos considerar, exceto:

a) Órgão: unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Pública.
b) Autoridade: agente público dotado de poder de decisão.
c) Administração Pública: administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas.
d) Administração: unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.

QUESTÃO 21

"Rio Maria é um município de 4.189,82 km, com uma população, em 1996, de 19.787 habitantes, distante de Belém 920 km, construída ao lado da PA-150, anteriormente PA-70, e hoje BR-155, que liga _____ à _____ e do ribeirão Maria. Até _____, data formal de sua emancipação política, Rio Maria pertencia ao município de _____. Seu desmembramento se deu pela Lei n° _____, publicada no D.O de 14 de maio de 1982."

Complete respectivamente as lacunas:

a) Conceição do Araguaia – Marabá – 13 de maio de 1982 – Conceição do Araguaia – 5.028
b) Redenção – Marabá – 13 de maio de 1983 – Redenção – 5.028
c) Conceição do Araguaia – Redenção – 13 de maio de 1981 – Conceição do Araguaia – 5.028
d) Xinguara – Redenção – 13 de maio de 1982 – Xinguara – 5.028

QUESTÃO 22

As terras onde hoje está construída Rio Maria pertenciam originalmente à Braz Domiciano Sobrinho que as requereu ao estado do Pará com um único objetivo. Foi através desse objetivo que se criou uma espécie de imã a atrair centenas de pessoas para a inóspita região. Os desbravadores começaram a chegar atraídos pelos incentivos fiscais do Governo Federal, vislumbrando a perspectiva de lucro rápido e fácil."

De acordo com o texto, qual foi o objetivo de Braz Domiciano Sobrinho?

a) Indústria aurífera
b) Pecuária de corte
c) Extração do mogno
d) Colheita do algodão

QUESTÃO 23

Desde o início do povoamento, até aproximadamente o final da década de 1980, predominou em Rio Maria a economia da madeira e da agricultura. Neste período, foram instaladas dez indústrias madeireiras destacando-se, além da MAGINCO, as madeireiras, exceto:

a) MUSA
b) MARAJOARA
c) MARINGÁ
d) MENDESKÁ

QUESTÃO 24

A história econômica e política de Rio Maria, até início da década de 1990, foi influenciada pelas suas riquezas naturais. Estas formaram também o tripé que contribuiu para aumentar o processo migratório e para intensificar as tensões e os conflitos entre diversos interesses. Sobre essas riquezas naturais, é correto afirmar:

a) Terra, madeira e pecuária
b) Madeira, pecuária e plantio de soja
c) Terra, madeira e ouro
d) Terra, pecuária e madeira

QUESTÃO 25

"No que diz respeito à questão ambiental, o grupo MAGINCO contribuiu enormemente para a degradação e destruição da natureza, através da extração predatória de madeiras e derrubada de florestas para implantação de pastagens destinadas a _____. Além disso, deve-se condenar a prática de _____, presente nas relações estabelecidas entre a empresa e trabalhadores rurais."

Complete respectivamente as lacunas:

a) Pecuária extensiva – trabalho escravo

b) Produção aurífera – colheita de soja
c) Pecuária extensiva – extração de mogno
d) Pecuária extensiva – produção aurífera

QUESTÃO 26

"No início da colonização da região onde foi fundada a cidade de Rio Maria, não só os pequenos, mas os médios proprietários produziam alimentos, necessários ao consumo e ao abastecimento da localidade. Com o aumento da produção, _____ chegou a ser um produto exportado para o Estado de Goiás."

Complete corretamente a lacuna:

a) a soja
b) o milho
c) o arroz
d) o feijão

QUESTÃO 27

Até a década de 1980, a questão agrária e ambiental era centralizada, sendo consideradas responsabilidades de competência do Governo Federal. A partir de meados da década de 1990, movidos pelo discurso da descentralização das decisões e da aplicação dos recursos financeiros, o governo federal incentivou a criação das Associações de Pequenos Produtores Rurais, que passaram a atuar junto aos órgãos oficiais do governo - INCRA, BASA e Banco do Brasil - na liberação de créditos rurais destinados à produção familiar. Além das Associações estimulou também a criação de entidades com representação governamental e não governamental para tratar destas questões. Em 1996 foi criado no município de Rio Maria o Conselho Municipal de Desenvolvimento, que tinha como objetivo:

a) Discutir as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural e propor mudanças no sentido de garantir a sustentabilidade econômica e ecológica, visando o desenvolvimento rural.
b) A homogeneização da produção em assentamentos teria os seus limites e que, geralmente, não seriam divulgados aos produtores familiares.
c) Discutir e organizar o tamanho da propriedade, incompatível para a implantação de um modelo de pecuária extensiva.
d) Criar uma associação de pequenos produtores rurais.

QUESTÃO 28

Governou o estado do Pará no período da Sexta República:

a) Ana Júlia Carepa
b) Zacarias de Assumpção
c) Otávio Bastos Meira
d) Magalhães Barata

QUESTÃO 29

É considerada uma região geográfica intermediária do estado do Pará:

a) Abaetetuba
b) Itaituba
c) São Félix do Xingu
d) Marabá

QUESTÃO 30

"Em Belém, no bairro do Umarizal, existia um entreposto de escravos de onde eles eram distribuídos para vários pontos do Estado. É uma dança de origem africana e foi trazida pelos escravos que se estabeleceram nas proximidades do rio Tapajós, mais precisamente em Santarém que, juntamente com o Marajó, se transformou num dos principais locais de difusão da dança:"

a) Dança das Taieiras
b) Lundu Marajoara
c) Dança da Angola
d) Batuque Amazônico

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

Maria, com cinquenta anos de idade, originária da Angola, naturalizada brasileira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, com larga experiência, notável saber jurídico e grande conceito no meio jurídico deseja concorrer à vaga como Ministra no Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

Após pesquisa realizada por Maria, verificou-se que:

a) A Constituição Federal não impede que Maria seja Ministra do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, pois não há distinção entre brasileiros natos e naturalizados.
b) A Constituição impede que Maria seja Ministra do Superior Tribunal de Justiça, uma vez que há impedimento para o acesso aos cargos por advogados regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, porém não há regra de impedimento para cargo de Ministra do Supremo Tribunal Federal.
c) A Constituição não impede que Maria tome posse como Ministra no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal, porém deverá obedecer a cláusula de barreira de 25 anos de naturalização ininterruptas.
d) A Constituição não impede que Maria seja Ministra do Superior Tribunal de Justiça, porém há regra de impedimento para o cargo de Ministra do Supremo Tribunal Federal, pois trata-se de cargo privativo de brasileiro nato.

QUESTÃO 32

A *desapropriação* é uma das formas mais incisivas de intervenção estatal na propriedade privada, conquanto possa recair até mesmo sobre bens públicos. Perde apenas para o *confisco* – para o qual alguns reservam o nome *expropriação* -, que, além de seguir procedimento mais simplificado, não comporta *indenização*, sempre cabível na desapropriação, ainda que se trate de uma de suas modalidades sancionatórias decorrentes do descumprimento da função social do bem a ser desapropriado.
Nada obstante, sendo o âmbito de aplicação do confisco bem mais restrito, *a desapropriação é certamente a forma compulsória de despojamento patrimonial com maior impacto social admitida pelo sistema jurídico.*
O Superior Tribunal de Justiça possui posicionamentos sumulares sobre a desapropriação, quanto a esta, marque a alternativa INCORRETA.

a) Na desapropriação, cabe a atualização monetária, ainda que por mais de uma vez, independente do decurso de prazo superior a um ano entre o cálculo e o efetivo pagamento da indenização.
b) A invasão do imóvel é causa de suspensão do processo expropriatório para fins de reforma agrária.
c) Os juros compensatórios, na desapropriação indireta, incidem a partir da imissão da posse, calculados sobre o valor da indenização, corrigido monetariamente.
d) Na desapropriação para instituir servidão administrativa são devidos os juros compensatórios pela limitação de uso da propriedade.

QUESTÃO 33

Os direitos políticos são instrumentos por meio dos quais a Constituição da República Federativa do Brasil garante o exercício da soberania popular, atribuindo poderes aos cidadãos para interferirem na condução da coisa pública, seja direta, seja indiretamente.
Considerando o ponto destinado aos direitos políticos na Constituição, analise as afirmativas a seguir:

I – São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição;
II – Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 (noventa) dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos;
III – O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de trinta dias contados da inscrição definitiva, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude, porém estas poderão ser impostas a inversão do ônus da prova;
IV – As manifestações favoráveis e contrárias às questões submetidas às consultas populares de questões locais ocorrerão durante as campanhas eleitorais, sem a utilização de propaganda gratuita no rádio e na televisão;
V – A idade mínima é uma condição de elegibilidade, devendo o Prefeito e Vereador terem idade mínima de vinte e um anos, o Juiz de Paz ter idade mínima de trinta anos e o Governador de Estado e o Senador da República terem idade mínima de trinta e cinco anos.

Marque a alternativa CORRETA.

a) III e V.
b) I; II; III; IV; e V.
c) I; II; e IV.
d) II; III; IV; e V.

QUESTÃO 34

José Afonso da Silva entende por meio ambiente como uma interação do conjunto de elementos naturais, artificias e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas. A integração busca assumir uma concepção unitária do ambiente compreensiva dos recursos naturais e culturais.
Além disso, é cabível apontar que o preservacionismo ambiental se caracteriza como direito humano de terceira dimensão, estando o ser humano inserido na coletividade e, assim, titular dos direitos de solidariedade.
A Constituição da República Federativa do Brasil destina um capítulo sobre tema, quanto a ele, analise as afirmativas a seguir:

I – Não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos;
II – São patrimônios nacionais a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira;
III – São disponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais;
IV – Incumbe ao Poder Público manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis destinados ao consumo final, na forma de lei complementar, a fim de assegurar-lhes tributação inferior a incidente sobre os combustíveis fósseis, capaz de garantir diferencial competitivo em relação a estes;
V – As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal ou estadual específica, sem o que não poderão ser instaladas.

Marque a alternativa CORRETA.

a) I; II; e III.
b) I; II; e IV.
c) III; IV; e V.
d) I; II; III; IV; e V.

QUESTÃO 35

Com base no disposto constitucional sobre os direitos sociais, marque a alternativa INCORRETA:

a) Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
b) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir da posse no cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um dois após o final do mandato, salvo se cometer falta grave.
c) É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
d) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social salário-mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

QUESTÃO 36

A Lei de Improbidade Administrativa se encontra inserida no conhecido Direito Administrativo Sancionador ou Direito Sancionador, ao qual se considera um gênero que abrange as formas que o cidadão pode sofrer uma punição por parte do Estado, incluindo na seara criminal.
Em relação a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e as disposições na Lei de Improbidade Administrativa, marque a alternativa INCORRETA:

a) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
b) Ao particular aplica-se o mesmo regime prescricional previsto na Lei de Improbidade Administrativa para o agente público.
c) Não configura improbidade a ação ou omissão

decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.

d) Compete à autoridade administrativa aplicar a servidor público a pena de demissão em razão da prática de improbidade administrativa, desde que haja prévia condenação, por autoridade judiciária, à perda da função pública.

QUESTÃO 37

Em relação às disposições da Lei de Improbidade Administrativa no procedimento administrativo e processo judicial, analise as afirmativas a seguir:

I – Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito;
II – A ação por improbidade administrativa é repressiva, de caráter sancionatório, destinada à aplicação de sanções de caráter pessoal, e não constitui ação civil, vedado seu ajuizamento para o controle de legalidade de políticas públicas e para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos;
III – Da decisão que deferir ou indeferir a medida relativa à indisponibilidade de bens caberá recurso de agravo de instrumento;
IV – A sentença que julgar procedente a ação fundada em caso de atos de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito e ato de improbidade administrativa que cause prejuízo ao erário condenará ao ressarcimento dos danos e à perda ou à reversão dos bens e valores ilicitamente adquiridos, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito;
V – Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

Marque a alternativa CORRETA.

a) I; II; III; IV; e V.
b) II; III; e V
c) II.
d) I; II; e III.

QUESTÃO 38

A nova lei de licitação e contratos administrativos inaugurou o Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no qual será um sítio eletrônico destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos pela lei e realização facultativa das contratações pelos órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos.
Sobre o Portal Nacional de Contratações Públicas, marque a alternativa INCORRETA:

a) Os Municípios com até vinte mil habitantes terão o prazo de seis anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica.
b) É vedado a contratação de sistema eletrônico fornecido por pessoa jurídica de direito privado para cadastramento de informações de procedimentos licitatórios, bem como sua integração com o Portal Nacional de Contratações Públicas.
c) O Portal Nacional de Contratações Públicas será gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, a ser presidido por representante indicado pelo Presidente da República e composto de três representantes da União indicados pelo Presidente da República, dois representantes dos Estados e do Distrito Federal indicados pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração, dois representantes dos Municípios indicados pela Confederação Nacional de Municípios.
d) Os Municípios, até 31 de dezembro de 2023, deverão realizar divulgação complementar de suas contratações mediante publicação de extrato de edital de licitação em jornal diário de grande circulação local.

QUESTÃO 39

O processo legislativo municipal compreende a elaboração de emendas à Lei Orgânica do Município, leis complementares, leis ordinárias, lei delegadas, decretos legislativos e resoluções.
Quanto a emenda à Lei Orgânica do Município, marque a alternativa INCORRETA.

a) A proposta de emenda à Lei Orgânica será votada em dois turnos, com interstício mínimo de 10 (dez) dias, considerando-se aprovada quando obtiver em ambos, o voto favorável de três quintos dos membros da Câmara Municipal.

b) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma legislatura.
c) A emenda à Lei Orgânica Municipal aprovada será promulgada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal, com respectivo número de ordem.
d) A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta de um terço no mínimo, dos membros da Câmara Municipal, ou no mínimo de três entidades de classe organizada da sociedade civil ou 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município ou ainda por proposta do Prefeito.

QUESTÃO 40

Com base na Lei Orgânica Municipal, analise as matérias que serão tratadas por meio de leis complementares:

I – Lei de criação do Conselho Municipal de Educação;
II – Plano Diretor do Município;
III – Autorização para obtenção de empréstimo de particular;
IV – Normas urbanísticas de uso, ocupação e parcelamento do solo;
V – Código das Posturas Municipais.

Marque a alternativa CORRETA.

a) I; II; IV; e V.
b) II; IV; e V.
c) I e V.
d) I; II; III; IV; e V.

QUESTÃO 41

Quanto as disposições da Lei Orgânica Municipal sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, analise as afirmativas a seguir:

I – O Prefeito e o Presidente da Câmara Municipal ficam obrigados a apresentar ao Tribunal de Contas dos Municípios balancetes, extratos bancários e demais documentos, em forma magnética, dentro do prazo fixado pelo Tribunal de Contas dos Municípios, discriminando Receitas e Despesas, bem como a admissão e demissão de pessoal, a qualquer título, ficando o Prefeito Municipal obrigado a encaminhar, na mesma data, cópias de tais documentos para a Câmara Municipal, os quais ficarão em local de fácil acesso para conhecimento do povo;
II – O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas dos Municípios sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, que sobre ele, deverá pronunciar-se no prazo de 90 (noventa) dias, após seu recebimento;
III – As contas do Presidente da Câmara Municipal serão julgadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios;
VI – O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios e compreenderá a apreciação das contas, o acompanhamento das dívidas financeiras e orçamentárias do Município, o desempenho das funções de auditoria financeira, bem como o julgamento das contas do Prefeito Municipal;
V – A prestação contas da Prefeitura e dos fundos, com as respectivas cópias da documentação, ficará, anualmente durante noventa dias, a partir do primeiro dia útil do mês de março, à disposição apenas daqueles que requererem, na Câmara Municipal, para exame e apreciação, o qual somente poderá ser questionada por vereador, que possui legitimidade perante a Comissão de Finanças da Câmara Municipal e/ou perante ao Tribunal de Contas dos Municípios – TCM ou Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE, em caso de convênios.

Marque a alternativa CORRETA:

a) I; II; IV; e V.
b) II; III; e V.
c) I; II; III; e IV.
d) I; III; e V.

QUESTÃO 42

A Lei Orgânica do Municipal fixa que o Município de Rio Maria promoverá o desenvolvimento rural, consoante aos princípios constitucionais e as diretrizes da política agrícola federal e estadual, objetivando o crescimento harmônico dos setores produtivos e bem-estar social.
Em relação à política rural, marque a alternativa INCORRETA.

a) O Município instituirá, através da Lei Orgânica, a sua Lei Agrícola, a qual será elaborada com efetiva participação das classes produtoras, trabalhadores rurais e técnicos profissionais de setor, devendo estar em consonância com as Leis Agrícolas Federal e Estadual, cabendo ao

Município garantir a sua implantação e efetivação.
b) A destinação dos recursos públicos estaduais e municipais será obrigatória para o atendimento proprietário dos pequenos produtores, em ares de até quatrocentos hectares.
c) O Município prestará apoio aos trabalhadores rurais, aos pequenos e médios agricultores.
d) O Município adotará programas de desenvolvimento rural, destinados a fomentar a produção agropecuária, organizar o abastecimento alimentar e fixar o homem no campo, compatibilizados com a política agrícola da União e do Estado.

QUESTÃO 43

A Lei de Juizados Especiais Cíveis e Criminais, Lei nº 9.099/1995, classifica aqueles que poderão ser partes, desta feita, marque a alternativa daquele que não pode ser parte perante ao Juizado Especial Cível:

a) As Pessoas Jurídicas enquadradas como microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.
b) As Pessoas Jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
c) As Concessionários de direito de pessoas jurídicas.
d) As sociedades de crédito ao microempreendedor.

QUESTÃO 44

Quanto às modalidades de licitação, analise as afirmativas a seguir:

<u>AFIRMATIVA I –</u> Compreende a modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.
<u>AFIRMATIVA II –</u> Compreende a modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.

Considerando o narrado acima, marque a alternativa CORRETA que compreende a modalidade de licitação descrita:

a) A afirmativa I compreende a modalidade Leilão e a afirmativa II compreende a modalidade Pregão.
b) A afirmativa I compreende a modalidade Concorrência e a afirmativa II compreende a modalidade Convite.
c) A afirmativa I compreende a modalidade Diálogo Competitivo e a afirmativa II compreende a modalidade Concurso.
d) A afirmativa I compreende a modalidade Pregão e a afirmativa II compreende a modalidade Concurso.

QUESTÃO 45

A nova lei de licitações e contratos administrativos apresenta um rol para prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos. Analise as hipóteses de garantias a seguir:

I – Seguro-garantia;
II – Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
III – Títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
IV – Caução em dinheiro;
V – Cheque ao portador ou Duplicata.

Marque a alternativa que compreende as hipóteses de prestação de garantia previstas na Lei nº 14.133/2021.

a) I; II; III; e IV.
b) II; III; e V.
c) IV e V.
d) I; II; e V.

QUESTÃO 46

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Em relação à política urbana, analises as afirmativas a seguir:

I – As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com avaliação posterior do imóvel e indenização adequada ao valor venal do bem imóvel expropriado, podendo ser pago em dinheiro ou título da dívida pública;
II – É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de parcelamento ou edificação compulsórios, imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo e desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais;
III – Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural;
IV – Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião;
V – O plano diretor, aprovado pela Assembleia Legislativa, obrigatório para cidades com mais de sessenta mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

Marque a alternativa CORRETA.

a) I e V.
b) II; III; e IV.
c) I; II; e III.
d) I; II; III; IV; e V.

QUESTÃO 47

Acerca da Seguridade Social, analise as afirmativas a seguir:

I – A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
II – A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos.
III – Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
IV – A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais, sendo elas: do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício, a receita ou o faturamento e o lucro; do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, podendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social; sobre a receita de concursos de prognósticos; e do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.
V – Compete ao Poder Público organizar a seguridade social com base no objetivo na diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social.

Marque a alternativa CORRETA.

a) II; IV; e V.
b) I; II; e IV.
c) I; II; III; IV; e V.
d) III e V.

QUESTÃO 48

O Município XYZ promoveu licitação para adquirir café e açúcar, todos em caixas de 5kg. Ao realizar o certame, a empresa Mévio Contumaz LTDA sagrou-se vencedora da licitação e assinou o contrato administrativo.
No dia agendado da entrega da mercadoria ao Município XYZ, o fiscal de contrato constatou que a empresa Mévio Contumaz LTDA forneceu a mercadoria, café e açúcar, em embalagens com a indicação correta do peso, porém com 1kg a menos em cada caixa entregue, ou seja, ao invés de entregar caixa de 5kg, a empresa entregou caixas com 4kg cada uma.

Diante do descrito, a empresa praticou o crime de:

a) Peculato, com pena aplicável de reclusão, de dois a doze anos, e multa.
b) Fraude em licitação ou contrato, com pena aplicável de reclusão, de quatro a oito anos, e multa.
c) Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência, com pena aplicável de detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.
d) Contratação inidônea, com pena aplicável de reclusão, de seis meses a dois anos, e multa.

QUESTÃO 49

De acordo como o Código Penal Brasileiro, assinale as hipóteses que não compreendem crimes praticados por particular contra a administração em geral:

a) Usurpação de função pública, Tráfico de influência e Subtração ou Inutilização de livro ou documento.
b) Corrupção ativa, Descaminho e Contrabando.
c) Advocacia Administrativa, Condescendência Criminosa e Excesso de exação.
d) Resistência, Desobediência e Desacato.

QUESTÃO 50

São crimes de responsabilidade do Prefeito Municipal, no qual independe de pronunciamento da Câmara de Vereadores e sendo sujeito ao julgamento pelo Poder Judiciário, os crimes de:

I – Antecipar ou inverter a ordem de pagamento a credores do Município, sem vantagem para o erário;
II – Deixar de ordenar a redução do montante da dívida consolidada, dentro dos prazos estabelecidos em lei, quando o montante ultrapassar o valor resultante da aplicação do limite máximo fixado pelo Senado Federal;
III – Captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido;
IV – Deixar de prestar contas anuais da administração financeira do Município a Câmara de Vereadores, ou ao órgão que a Constituição do Estado indicar, nos prazos e condições estabelecidos;
V – Conceder empréstimo, auxílios ou subvenções sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei.

Marque a alternativa CORRETA.

a) I; II; e III.
b) III; IV; e V.
c) I; III; e V.
d) I; II; III; IV; e V.

QUESTÃO 51

Acerca da lei de crimes resultados de preconceito de raça ou de cor, marque a alternativa INCORRETA:

a) Ficará sujeito às penas de multa e de prestação de serviços à comunidade, incluindo atividades de promoção da igualdade racial, quem, em anúncios ou qualquer outra forma de recrutamento de trabalhadores, exigir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia para emprego cujas atividades não justifiquem essas exigências.
b) Não há previsão legal para aquele que por motivo de discriminação de raça ou de cor resultante de preconceito deixe de conceder os equipamentos necessário ao emprego em igualdade de condições com os demais trabalhadores.
c) Constitui crime impedir ou obstar o acesso de pessoa, devidamente habilitada, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços público, com pena aplicável de reclusão de dois a cinco anos.
d) A injúria praticada com intuito de ofender a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional será aumentada de metade caso o crime seja cometido mediante concurso de duas ou mais pessoas.

QUESTÃO 52

Acerca do Mandado de Segurança no processo do trabalho, considerando as súmulas do TST, marque a alternativa INCORRETA:

a) A superveniência da sentença, nos autos originários, não induz a perda do objeto do mandado de segurança que impugnava a concessão ou o indeferimento da tutela provisória.
b) A homologação de acordo constitui faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.
c) Em mandado de segurança, somente cabe reexame necessário se, na relação processual, figurar pessoa jurídica de direito público como parte prejudicada pela concessão da ordem. Não

obstante tal situação não ocorre na hipótese de figurar no feito como impetrante e terceiro interessado pessoa de direito privado, ressalvada a hipótese de matéria administrativa.

d) Da decisão de Tribunal Regional do Trabalho em mandado de segurança cabe recurso ordinário, no prazo de 8 (oito) dias, para o Tribunal Superior do Trabalho, e igual dilação para o recorrido e interessados apresentarem razões de contrariedade.

QUESTÃO 53

Acerca do procedimento do Chamamento Público previsto na Lei nº 13.019/2014, marque a alternativa INCORRETA.

a) É vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo em decorrência de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria, admitidos a seleção de propostas apresentadas exclusivamente por concorrentes sediados ou com representação atuante e reconhecida na unidade da Federação onde será executado o objeto da parceria e o estabelecimento de cláusula que delimite o território ou a abrangência da prestação de atividades ou da execução de projetos, conforme estabelecido nas políticas setoriais.

b) Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos.

c) Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados por meio do chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial.

d) Sempre que possível, a administração pública estabelecerá critérios a serem seguidos, especialmente quanto às seguintes características, sendo elas: objetos; metas; custos; e indicadores, quantitativos ou qualitativos, de avaliação de resultados.

QUESTÃO 54

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais aponta que as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e aos princípios da:

I – Transparência, que se considera a garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;
II – Adequação, que considera a compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;
III – Finalidade, que considera a realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;
IV – Responsabilização e prestação de contas, que se considera a limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;
V – Segurança, que considera a adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais.

Marque a alternativa CORRETA:

a) I; II; e III.
b) II; IV; e V.
c) I; IV; e V.
d) II; III; e V.

QUESTÃO 55

Sobre a receita e despesa pública fixadas na Lei de Responsabilidade Fiscal, marque a alternativa INCORRETA.

a) Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

b) O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das

receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.
c) A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida de sessenta por cento para União e Estados e cinquenta por cento para os Municípios.
d) A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

QUESTÃO 56

O Código de Processo Civil apresentou um título próprio tratando sobre a advocacia pública. Em relação ao tema, marque a alternativa INCORRETA:

a) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal, podendo esta ser feita por carga, remessa ou meio eletrônico.
b) O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
c) Incumbe à Advocacia Pública, na forma da lei, defender e promover os interesses públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio da representação judicial, em todos os âmbitos federativos, das pessoas jurídicas de direito público que integram a administração direta e indireta.
d) A aplicação do benefício de contagem em dobro se aplica em qualquer caso processual destinado ao Ente Público, seja ele prazo geral ou prazo próprio.

QUESTÃO 57

A tutela de evidência é uma espécie do gênero tutela provisória, onde não se tutela a evidência, mas sim o direito evidente, ou seja, aquela situação jurídica que permite inferir um alto grau de probabilidade do direito substancial afirmado.
No Código de Processo Civil, a tutela de evidência será concedida mediante determinadas hipóteses, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.
Quanto às hipóteses, marque a alternativa INCORRETA:

a) A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante, exceto em teses firmadas em julgamento de casos repetitivos e incidente de assunção de competência.
b) A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa.
c) A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.
d) A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

QUESTÃO 58

Acerca da reconvenção prevista no Código de Processo Civil, marque a alternativa INCORRETA:

a) A reconvenção pode ser proposta contra o autor e terceiro.
b) Se o autor for substituto processual, o reconvinte deverá afirmar ser titular de direito em face do substituído, e a reconvenção deverá ser proposta em face do autor, também na qualidade de substituto processual.
c) O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.
d) A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.

QUESTÃO 59

A contestação é uma das formas do réu em um processo de se defender das acusações feitas contra ele na petição inicial, com intuito de rebater os principais argumentos, impugnar as afirmações do autor e alegar matéria de defesa do litígio.
Segundo o disposto sobre contestação no código de processo civil, analise as afirmativas abaixo:

I – Havendo alegação de incompetência relativa ou absoluta, a contestação poderá ser protocolada no foro de domicílio do réu, fato que será imediatamente comunicado ao juiz da causa, preferencialmente por meio eletrônico;
II – Depois da contestação, só é lícito ao réu deduzir novas alegações quando relativas a direito ou a fato superveniente, competir ao juiz conhecer delas de ofício e por expressa autorização legal, puderem ser formuladas em qualquer tempo e grau de jurisdição;
III – Incumbe também ao réu manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas, salvo se: não for admissível, a seu respeito, a confissão; a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considerar da substância do ato; e estiverem em contradição com a defesa, considerada em seu conjunto;
IV – Incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir;
V – A ausência de alegação da existência de convenção de arbitragem implica aceitação da jurisdição estatal e renúncia ao juízo arbitral.

Marque a alternativa CORRETA:

a) II; IV; e V.
b) I; II; III; IV; e V.
c) I; II; e V.
d) I; II; e III.

QUESTÃO 60

Em relação ao disposto no código civil sobre os negócios jurídicos, marque a alternativa INCORRETA:

a) A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
b) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
c) As partes estão ligadas estritamente as regras de interpretação decorrentes da legislação vigente, sendo vedado pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de interpretação dos negócios jurídicos.
d) A validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.